

Hélio Amado de Burgos-Cabal*

O Brasil corre o risco de, afastando-se de seu destino, perpetuar-se no Terceiro Mundo e aproximar-se, mais celeremente, da Índia. Para fugir a essa perspectiva, terá de adotar decisões dolorosas, mas necessárias. Encontrará ele, nas suas reservas de espírito realista e energia, forças e determinação para tomar aqueles caminhos imperativos?

O país se encontra, neste momento, numa encruzilhada. O seu quadro sanitário e educacional aponta para um futuro de estagnação, na medida em que o desenvolvimento de uma nação é configurado em função do grau de higiene e educação do seu povo. Noventa por cento dos recursos destinados à saúde pública são destinados à medicina curativa. Se parte deles fosse aplicada na prevenção-saneamento, água, imunoterapia, educação alimentar e pesquisas para aumento da produtividade da produção da dieta alimentar (*staple*) — o quadro mórbido se transformaria radicalmente e, conseqüentemente, a produtividade do trabalho. Cada cruzado aplicado na medicina preventiva representa a economia de 28 cruzados na medicina curativa. Oitenta por cento das verbas para a educação são investidas nas universidades, a maior parte desperdiçada. Noventa por cento dos estudantes que iniciam o curso primário no Japão terminam o curso secundário. O presidente Bush, alarmado porque nos EEUU o percentual é de 70%, convocou todos os governadores para participarem de um esforço conjunto para fechar o hiato. No Brasil, 10% dos que

iniciam o curso primário terminam o secundário. Sem falar nos 35 milhões de crianças carentes à margem de qualquer escolaridade.

A produtividade do trabalhador brasileiro é 1/4 da do trabalhador do Sul da Europa e o seu salário é 1/10 do do trabalhador dessa região. Por que essa disparidade? O nível salarial decorre de dois fatores: a produtividade do trabalhador e o nível da oferta de trabalho. Com a explosão demográfica, no Brasil, a aumentar a oferta de trabalho desqualificado, agravada com a intensa urbanização e o baixíssimo nível escolar, o salário tende, com a oferta maior do que a demanda, inexoravelmente, a se depreciar. Com a revolução tecnológica e a sofisticação dos processos produtivos, tem mais produtividade quem tiver mais alto nível de instrução e, conseqüentemente, ganhará maior salário quem tiver mais elevado nível de produtividade. Na medida em que a renda da massa trabalhadora for maior, mais elevado será o nível da demanda e do consumo. Crescendo o mercado interno, aumentará o investimento e, assim, num ciclo ascendente, expandir-se-ão a economia e a taxa de desenvolvimento do país, com o que se atingirá o estágio de autocrescimento sustentado.

Crescendo a economia do país, é evidente que a receita do Estado aumentará e, no mesmo passo, a possibilidade de pleno emprego e, com ele, a valorização do trabalho, o caminho correto e racional para sua expansão. Por um reflexo fatal, tenderá a diminuir a economia informal que, hoje, representa um segmento da ordem de 50% da economia formal. Elevan-

do-se o PIB, atualmente, a US\$ 350 bilhões, a economia informal representaria um PIB marginal de US\$ 175 bilhões. A redução da economia informal e a sua resultante transferência para o setor formal serão, de muito, estimuladas, se, simultaneamente, uma reforma tributária fixar o imposto em alíquota única baixa, sem a parafernália burocrática.

O núcleo de toda essa problemática reside, porém, na eliminação da inflação, isto é, na estabilidade monetária e na capacidade de o país mobilizar a poupança interna e externa para aumentar o investimento. Hoje, reduzida a 16%, o que significa, apenas, *grosso modo*, o chamado investimento de reposição, não o de inovação ou o de formação de capital instalado.

É fácil identificar o asseverado. Dos US\$ 88 bilhões de títulos do Tesouro, emitidos até a presente data, US\$ 60 bilhões estão em poder do público, com uma remuneração superior ao nível da inflação. Enquanto isso perdurar, é óbvio que toda essa massa de capital monetário permanecerá no mercado financeiro, ao invés de ser investida no processo produtivo, visando à

expansão da oferta. O país se defronta com duas linhas de opções, nesta altura: extinguir o déficit, causa maior da inflação, renunciando-se a detê-la através da manutenção de juros altos, com o que se aumenta o déficit, pela via alucinante do crescimento da dívida interna. Ou continuar aumentando-o, como deseja a maioria do Congresso e parte substancial (1,7%

do empresariado controla 50% da economia) das empresas, por razões imediatistas, embora de natureza diversa, brandindo o fantasma da recessão. Preferem a hiperinflação: *après nous, le déluge*.

O grande desafio com que se depara o Brasil, neste final de século, é a mobilização da poupança interna e externa para investir."

duas tarefas, que, até hoje, permanecem não confrontadas com determinação e maciçamente. Por isso mesmo, insolvidas, dividem o país em dois brasis, um hígido, instruído, com alto nível de renda; outro, a maioria, doente, ignorante e, por isso, pobre, quando não miserável, à espera da revolução da educação e da saúde pública, sem omitir a grande reforma do Estado.

Brasil — Impasses e opções pungentes

JORNAL DO BRASIL

"O grande desafio com que se depara o Brasil, neste final de século, é a mobilização da poupança interna e externa para investir."

24 OUT 1989

O primeiro passo para a mobilização da poupança interna é a extinção da inflação, arrostando-se os obstáculos conhecidos. Como superar o clima contrário ao investimento do exterior, criado pela Constituição, com suas restrições ao capital estrangeiro e pela moratória?

Quais são os limites da economia brasileira de absorção de capital estrangeiro? Atualmente, estão investidos no Brasil US\$ 25 bilhões. Na Austrália, com um mercado de 20 milhões de consumidores e recursos minerais, em volumes análogos aos do Brasil, mas com uma posição geográfica inferior à do Brasil, estão investidos US\$ 150 bilhões, isto é, seis vezes mais do que no Brasil. Num exercício teórico otimista, com a transferência de recursos do mercado financeiro — com a extinção da inflação e conseqüentemente da necessidade da política de juros altos — para o sistema produtivo e uma decidida política de atração de poupança estrangeira, mediante a remoção dos atuais obstáculos, poderíamos admitir um fluxo de investimento da ordem de US\$ 200 bilhões. Que conseqüências daí adviriam? US\$ 200 bilhões criariam uma demanda de 8 milhões de empregos, à razão de US\$ 25 mil por emprego (cálculo do Banco Mundial). A expansão da exportação alcançaria, proporcionalmente, US\$ 100 bilhões. Com tal nível, o volume da dívida — reduzida em função do Plano Brady — seria hipoteticamente liquidado, como ocorreu com a dívida coreana. O Estado teria recursos para a revolução educacional e de saúde pública. É um sonho? O México e, agora, a Argentina estão a caminho de transformá-lo em realidade.

Em paralelo, a grande reforma do Estado. A Constituição, nesse quadro de impasses, está no centro dele. Como mobilizar a poupança interna, com uma esmagadora massa de benefícios sociais, que obriga as empresas a se dirigirem para a economia subterrânea, onde não há nenhuma vantagem e regalia sociais, frustrando, assim, as esperanças do assalariado e dos constituintes? Como pretender atrair a poupança do mundo — US\$ 25 trilhões, i.e., oito vezes maior do que o valor global do comércio exterior internacional — com uma Constituição adversa ao capital estrangeiro?

Doutra parte, sem partidos fortes, disciplinados, pragmáticos, como manter a eficiência e a estabilidade democrática? Ou será a democracia uma forma de desordem?

Aparentemente, o quadro institucional político só se estabilizará e se tornará eficiente com as reformas que aquelas indagações sugerem, com a instituição do regime parlamentarista — como deseja a maioria da Constituinte — e a substituição do voto proporcional — pai e mãe do clientelismo, causa maior do déficit — pelo voto distrital ou partidário. Estamos, como na França de De Gaulle, em 1958: "A nossa situação, disse o general, exige: a solução da Argélia (que seria a trágica situação sanitária-educacional a dividir a nação, como aquela colônia dividia a França), a inflação e a reforma do Estado." Um espelho próximo.